

15 MAI 1991

Econ. Brasil

GAZETA MERCANTIL

Mudança no Brasil — alguma esperança, nenhuma certeza

Deve parecer particularmente perversa para os brasileiros a comemoração da queda de sua primeira-ministra das Finanças num momento em que o País atravessa tamanhas dificuldades.

Zélia Cardoso renunciou na semana passada, acompanhada por praticamente todas as figuras importantes do governo, e deixou como legado uma economia não só em recessão profunda como na fronteira de uma hiperinflação. Seu sucessor, Marcílio Moreira, é o quinto ministro das Finanças em seis anos (período em que o Brasil teve sete presidentes de seu banco central). Nesse estágio pode haver apenas esperança — mas nenhuma certeza — de que Moreira obtenha sucesso onde seus predecessores falharam.

A comemoração tem pouco a ver com a expectativa de qualquer milagre na oitava economia do mundo. É mais uma primitiva demonstração de satisfação pela saída, há muito aguardada, de um ministro impopular. Zélia, nesse aspecto, arcou com o grosso das frustrações populares e com o desgosto pelos catorze meses de governo do presidente Collor.

A direção geral de suas políticas de reajustamento era correta. Ela reconhecia a necessidade de desregularizar e liberalizar a economia altamente protegida do Brasil. Começou a cortar o déficit do setor público, a remover as distorções cambiais e realinhar os preços. Mas como jovem acadêmica, sem experiência de governo ou política, manteve uma verdadeira obsessão por sua retidão. E, paradoxalmente, Zélia era intervencionista de mais ao buscar sua meta final de desregulamentação.

Foi um erro, por exemplo, congelar os ativos do sistema bancário em março do ano passado, quando começou a primeira fase do programa de estabilização. Esse erro foi agravado pela sua arrogante estraté-

gia de "ame-o ou deixe-o", que antagonizou os partidários de que ela mais precisava — os empresários de São Paulo, o Congresso e a comunidade financeira internacional.

Tendo mantido seu apoio a ela por longo período (nos padrões brasileiros), o presidente Collor agora não consegue distanciar-se facilmente de Zélia. Ainda assim, a escolha de Moreira, respeitado diplomata e experiente banqueiro, é um antídoto bem-vindo. Com sorte, mostra também a chegada de um comando mais maduro ao governo.

A direção e o conteúdo da política econômica não mudarão fundamentalmente, apenas seu estilo e administração. O confronto será substituído pelo consenso. No nível internacional, o Brasil deve agora acelerar as negociações com vistas a uma reestruturação abrangente de sua dívida externa de US\$ 122 bilhões. Com o governo Collor em seu segundo ano, tornou-se contraprodutivo continuar retendo os pagamentos simbólicos aos bancos sob o argumento de que a economia deve voltar a crescer antes que os pagamentos do serviço da dívida sejam retomados. Essa estratégia retardou um acordo satisfatório de reescalamento.

Moreira está também ciente da importância de estabelecer boas relações de trabalho com um Congresso zeloso de suas prerrogativas e com a comunidade empresarial de São Paulo, que se sentia sob assédio com as medidas de reajustamento. O egoísmo estreito deste último grupo desempenhou papel importante na queda de Zélia: o setor privado a via como ameaça aos cartéis muito convenientes que existem há muito na economia brasileira.

O novo ministro encontrará dificuldades para persuadir os empresários de que a liberalização é um processo irreversível. Eles exigirão seus antigos privi-

legios em troca de um pacto com o governo e os sindicatos para congelar preços e salários e reativar a economia. Esse pacto é vital, e o presidente Collor pode ajudar fazendo um esforço mais determinado para estabelecer consenso nacional sobre as políticas de seu governo.

O fracasso do governo Collor na estabilização econômica até o momento, que mantém o Brasil para trás

como o gigante doente da América Latina, deixa duas lições. Primeiro, políticas corretas foram solapadas por erros administrativos, como na vizinha Argentina. Segundo, numa sociedade complexa, com muitos grupos de interesse diferenciados, um grau mínimo de consenso é necessário para dar uma estrutura estável sobre a qual implementar as políticas de ajustamento.